



ACÓRDÃO Nº 335/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 13843/2018.

Apensos: Processo nº 11728/2016.

2- Assunto: Recurso Reconsideração

3- Recorrente: Pedro da Costa Carvalho

4- Advogado: Não Possui

5- Unidade Técnica: DICAMM

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1149/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Recurso de Reconsideração.

*Conhecimento. Provimento Parcial. Ciência.
Arquivamento.*

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Conhecer o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, admitido pela Presidência deste Tribunal, por intermédio do Despacho de fls. 466-468;

8.2. Dar Provimento Parcial ao Recurso de Reconsideração do **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, reformando o Acórdão n. 289/2018– TCE – Tribunal Pleno, no sentido de:

8.2.1. Alterar o item 10.1 para: **Julgue** regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Superintendência Municipal de Transporte Urbano - SMTU, exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Pedro da Costa Carvalho** – Superintendente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II e art. 24 da Lei 2.423/96;

8.2.2. Alterar o item 10.2 para: Aplique multa de **R\$ 3.000,00** ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho** com fundamento no art. 308,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 335/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

VII do Regimento Interno do TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018, em falhas identificadas e insadas, restrições 3 e 4;

8.2.3. Excluir o item 10.4;

8.2.4. Manter os demais itens;

8.3. Dar ciência deste Acórdão ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho**;

8.4. **Arquivar** os presentes autos e seus apensos nos termos regimentais, após o registro e providências acima.

Vencido Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pelo Provimento Pacial e Redução de Multa para R\$ 35.000,00.

9- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 30 de Abril de 2019

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

11.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição